

Opoção condena resoluções

Das sucursais, do serviço local e do correspondente

O governador Tancredo Neves recomendou, ontem, em Belo Horizonte, que o governo promova a desindexação da economia para conter a inflação e disse que a medida deve "atingir todos os eixos da economia, deve ser abrangente, mexer em tudo e não apenas nos salários, para ser eficiente". Em seu entender, "a unanimidade dos economistas brasileiros apóia a desindexação". Só existem divergências — ressaltou — com relação a onde deve começar a medida.

Tancredo Neves disse que "toda indexação no Brasil não passa de artificialismo", e ressaltou que "é chegada a hora de restabelecer a verdade dos preços". Para ele, o "pacote" de medidas baixado pelo governo veio "muito abrandado, se comparado ao que estava previsto" e deverá ser completado por medidas "mais drásticas", a serem tomadas no final do ano.

Em São Paulo, o governador Franco Montoro criticou ontem o novo "pacote" econômico aprovado pelo Conselho Monetário Nacional e afirmou que, diante da crise do País, todos os setores deveriam ter participado dessas decisões. Segundo Montoro, "esse pacote apresenta o mesmo defeito que os outros decretados anteriormente: decorreu de uma decisão fechada e apresentada como solução por alguns homens. Mas poucos acreditam nos efeitos positivos dessas medidas, que pouco alteram o modelo econômico que está sendo adotado no Brasil".

Por sua vez, o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, evitou comentar ontem, em Campinas, as novas medidas econômicas do gover-

no, argumentando que "até economistas dizem uma coisa e outra". "O problema é sério e complexo e alguma coisa, não sei se boa ou ruim, tinha de ser feita porque a situação que estamos vivendo exigia", acrescentou.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo, o deputado Antônio Scopel (PTB) afirmou que "a Nação está perplexa com as medidas anuncias das pelo Conselho Monetário Nacional, mormente no que tange à agropecuária, com a supressão parcial dos subsídios e o aumento considerável do óleo diesel, cujos reflexos serão sentidos imediatamente, com alta dos preços dos alimentos e, a longo prazo, com o desânimo para os que se dedicam à tarefa de produzir para a população".

Já o deputado Hélio César Rosas (PMDB) apontou o fim dos subsídios à agricultura como um dos maiores erros cometidos pelos condutores da política econômica, os quais, a seu ver, "estão totalmente perdidos".

"As medidas tomadas pelo governo foram tecnicamente corretas, mas, em minha opinião, são tímidas, pois para se combater a inflação, no Brasil, haveria necessidade de níveis mais drásticos, desde que precedidos de um amplo debate com a sociedade", afirmou, em São Paulo, o senador Murilo Badaró, no seminário "O Brasil da Abertura, Perspectivas Jurídicas, Políticas e Econômicas", promovido pela Faculdade de Direito das FMU.

Ainda no seminário, o deputado Roberto Cardoso Alves condenou as medidas aprovadas pelo CMN, considerando que "o pacote é amargo, vai doer, mas não é suficiente, porque não enfrentou com coragem os grandes problemas brasileiros".

PREOCUPAÇÃO EM RO

Fonte do governo de Rondônia mostrou-se, ontem, preocupada com os reflexos das medidas de contenção no Estado. Segundo essa fonte, "no caso de Rondônia, um Estado novo, em formação ainda, há carência de tudo".

"Daremos também nossa parceira de sacrifício e trabalho, mas estamos certos de que não sofrerão descontinuidade certos investimentos públicos, como as indispensáveis rodovias, assim como a hidrelétrica de Samuel, notadamente pelo que ela representará em termos de economia de combustível."

Também o presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais e deputado federal (PDS) Nilton Velo-
zonte, incompleto o "pacote" econômico do governo, por não incluir o expurgo. "Se as medidas foram adotadas para dar uma satisfação ao FMI, acho que elas atingiram seu objetivo, mas tenho minhas dúvidas se resolverão os problemas brasileiros."

Em Brasília, o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP) defendeu, ontem, uma participação ativa da classe política no exame e na adoção de medidas para enfrentar a crise econômica, dizendo não acreditar numa solução a curto prazo para a situação, tomando por base o quadro atual.

Enquanto isso, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) afirmou não acreditar que o "pacote" venha a solucionar as dificuldades que o País atravessa, observando que medidas incoerentes são tomadas pelos responsáveis pela área econômica, em prejuízo de toda a Nação.